

**REFLEXÕES SOBRE O FAZER PEDAGÓGICO E AS POLÍTICAS  
LINGUÍSTICAS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E  
PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO INDÍGENA**

*Bruno Henrique Fernandes da Silva<sup>1</sup>*

**Resumo**

Este artigo faz uma abordagem as interconexões entre o fazer pedagógico, as políticas linguísticas e o processo de escolarização indígenas, com base nas políticas públicas existente no Brasil. O estudo investiga como a legislação após movimentos indígenas, através da constituição de 1988 têm impactado a educação indígena no Brasil, com foco na preservação das línguas, consolidado uma educação bilingue para os alunos inseridos na educação escolar indígena. Por meio de uma revisão bibliográfica e análise qualitativa este artigo destaca a relação entre as políticas linguísticas, o fazer pedagógico e a escolarização indígena, sublinhando como esses elementos se entrelaçam para promover a valorização das identidades étnicas-culturais das comunidades indígenas.

**Palavras-Chave:** Educação; Políticas Públicas; Escola indígena.

**Abstract**

This article looks at the interconnections between pedagogical practice, language policies and the process of indigenous schooling, based on existing public policies in Brazil. The study investigates how legislation following indigenous movements through the 1988 constitution has impacted indigenous education in Brazil, with a focus on preserving languages and consolidating bilingual education for students in indigenous school education. Through a bibliographical review and qualitative analysis, this article highlights the relationship between language policies, pedagogical practice and indigenous schooling, underlining how these elements intertwine to promote the valorization of the ethnic-cultural identities of indigenous communities.

**Keywords:** Education; Public policies; Indigenous school.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Pós-graduado em Docência do Ensino Superior (UNIASSELVI); Pós-graduado em Tecnologias Aplicadas a Educação (IFAM); Pós-Graduado em Sociologia e Filosofia (UNIASSELVI); Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Paulista. Possui experiência nas áreas de Educação Escolar Indígena, Cultura e Tecnologias. Atuando principalmente nos temas sociológicos, gênero e manifestações culturais. Pedagogo, Sociólogo.



**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE

**TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA**

**Dias 16 e 17 de outubro de 2023**

**São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil**

**Realização**  
**GPO SSS** Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

**www.eppac.com.br**

## Introdução

As escolas indígenas, desempenham um papel fundamental na preservação e promoção das culturas das comunidades. A relação entre as políticas linguísticas, o fazer pedagógico e o processo de escolarização indígenas é um tema de grande relevância e complexidade no contexto educacional brasileiro. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu os direitos culturais e linguísticos das comunidades indígenas, o debate em torno dessa questão tem se intensificado. Nesse cenário, a presente pesquisa busca explorar e analisar as reflexões e desafios que permeiam essa interseção crucial entre o ensino e as políticas públicas educacionais, voltadas para processo de ensino aprendizagem dos alunos indígenas no Brasil.

A metodologia da pesquisa desempenha um papel fundamental nesta discussão, sendo o pilar que sustenta a análise e discussão do tema proposto. Através de uma revisão crítica da literatura acadêmica disponível, examinaremos as políticas linguísticas inovadoras após 1988, a evolução do processo de escolarização indígena e as implicações do fazer pedagógico nesse contexto. Diversos autores contribuíram com reflexões significativas sobre essas questões, e a análise dessas contribuições será fundamental para compreender as complexidades e desafios enfrentados pelos povos indígenas no campo educacional.

Ao longo deste artigo, exploraremos as nuances das políticas linguísticas, destacando seu impacto na preservação das línguas indígenas e na promoção da diversidade cultural. Além disso, examinaremos as estratégias pedagógicas empregadas nas escolas de identidade e seu papel na construção de indígenas, minorias fortes e no fortalecimento das comunidades. Ao analisar esses aspectos, esperamos contribuir para um entendimento mais profundo das dinâmicas interligadas entre políticas linguísticas, fazer pedagogia e escolarização indígena no Brasil contemporâneo.



**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE  
TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA  
Dias 16 e 17 de outubro de 2023  
São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil

**Realização**  
GPO SSS  
Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

[www.eppac.com.br](http://www.eppac.com.br)

## **A CULTURA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA ESCOLA**

Os grupos sociais alicerçado pelo capital cultural, herdado e pelo *habitus*, tende a definir o campo da produção cultural, operando numa lógica de reprodução e distribuição. Essas características são particularmente evidentes em sociedades onde a estrutura social é marcada por fortes desigualdades.

Nesses contextos, a perpetuação de certos padrões culturais, valores e tradições dentro dos grupos sociais, desempenha um papel significativo na formação de identidades e perspectivas individuais. Os indivíduos que pertencem a grupos sociais com um rico capital cultural muitas vezes têm acesso a oportunidades educacionais e culturais que lhes permitem consolidar e transmitir esses recursos para as gerações futuras.

Por outro lado, aqueles que não possuem esse capital enfrentam barreiras significativas para ingressar no campo da produção cultural e, conseqüentemente, têm menos influência na definição das narrativas culturais predominantes. Portanto, o espírito de família, impulsionado pelo capital cultural e pelo *habitus*, é um fator determinante na dinâmica do campo da produção cultural, influenciando a diversidade e a representatividade das vozes culturais presentes em uma sociedade.

O capital cultural, segundo Bourdieu (1997), pode se apresentar sob a forma: incorporado, objetivado e institucionalizado como um capital cultural, o que pressupõe um processo de interiorização do processo de ensino e aprendizagem, que exige, necessariamente, um investimento de tempo. Desse modo, o capital cultural incorporado constitui-se parte integrante da pessoa, não podendo ser trocado instantaneamente, uma vez que está vinculado à singularidade até mesmo biológica do indivíduo.

A forma como Bourdieu associa o campo, *habitus* e capital, concretiza-se em uma determinada prática, propõe uma análise do mundo social que rompe com a abordagem da fenomenologia e do objetivismo, como mais um instrumental



**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE

TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA

Dias 16 e 17 de outubro de 2023

São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil

Realização  
GPO SSS Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

[www.eppac.com.br](http://www.eppac.com.br)

teórico possível para análise de biografias e trajetórias de intelectuais da educação. A prática, que realmente se efetiva num determinado tempo histórico e social, não depende apenas do agente, no sentido de uma escolha individual, mas do campo como um todo, pois é o que a “sociedade” oferece como possibilidade.

Para Bourdieu (2011), a ação geradora e organizadora de práticas e representações que levam a pessoa a agir de determinada forma em uma situação dada. O papel da educação na reprodução social, faz com que o conceito de *habitus* represente a dialética entre as condições objetivas e as predisposições subjetivas do indivíduo, que se refere aos valores e crenças que veicula, suas ambições e identificações. Pois, cada sujeito, em função da sua posição nas estruturas sociais, vivenciou uma série de características, experiências e subjetividades.

O discurso objetivista tende a constituir o modelo construído para explicar as práticas como um poder realmente capaz de determiná-los: retificando as abstrações (em frases como "a cultura determina a idade do desaleitamento"), ele trata suas construções, "cultura", "estruturas", "classes sociais" ou "modos de produção" como realidades dotadas de uma eficácia social, capaz de constranger diretamente as práticas; ou então, atribuindo aos conceitos o poder de agir na história como agem nas frases do discurso histórico as palavras que os designam (BOURDIEU, 2011, p. 62)

O processo de aprendizagem escolar se constitui a partir da sua vivência com o outro, com a cultura e com a natureza. O processo educativo necessita contribuir para a formação de indivíduos capazes de agir em diferentes contextos, a partir de uma percepção mais ampla e consciente da realidade social, cultural e histórica em que se vive. O homem tanto interfere como recebe influências dos padrões sociais e isso se reflete na modernidade.

Segundo Santos (2016) é importância iniciar a discussão desses fatores, através da nova fase em que a educação contemporânea se encontra, o sentido dado ao “trabalho” do professor e a sua função no processo formativo. A educação contemporânea é marcada pela complexidade do avanço científico e



**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE

**TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA**

**Dias 16 e 17 de outubro de 2023**

**São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil**

**Realização**  
**GPO SSS** Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

**www.eppac.com.br**

tecnológico, colocando aos professores o desafio de saber cuidar do outro e discutir a formação dos cidadãos para este mundo paradoxal.

Entende-se o homem não apenas como objeto, mas também como sujeito de sua vida, que se relaciona com o mundo, e que educa pessoas para se tornarem capazes de interpretar a realidade e, nela, interferir, o que direciona para o foco dos processos educativos formais, tendo objetivo pautado em propiciar situações de aprendizagem, que capacitem o ser humano a realizar ações nos três domínios da vida humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva.

Junto a esse princípio, existe uma complexidade de elementos que envolvem o ser humano, dentre os quais a questão da metodologia, da didática, dos conteúdos e da sistematização formal desse processo para garantir a aprendizagem. Essa assertiva nos vai retomar Paulo Freire, em que educar é criar cenários, principalmente quando nos referimos ao sistema educativo que visa preparar cada um para um papel social. Assim acrescenta ainda acerca da formação de um homem crítico, envolvidos de uma cultura. Para ele “a cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com os outros homens” (FREIRE, 1980. p.38).

Em relação ao desenvolvimento profissional docente para uma educação decolonial, tomando como referência o círculo de cultura, Freire acrescenta que: “a cultura é também aquisição crítica e criadora e não uma justaposição de informações armazenadas na inteligência e/ou na memória e não ‘incorporadas’ no seu total e na vida plena do homem” (FREIRE, 1980, p.38). Ele propõe-se um Discute-se, também, a aquisição crítica e criadora de cultura a partir da reflexividade da prática, destacando-a como possibilidade ao desenvolvimento da consciência crítica e da transformação da ação docente. Em síntese, pretende fortalecer a missão de Freire ao desenvolvimento profissional docente para uma educação decolonial. Com isso, percebemos a importância do protagonismo da



**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE

**TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA**

**Dias 16 e 17 de outubro de 2023**

**São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil**

**Realização**  
**GPO SSS** Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

**www.eppac.com.br**

cultura, da reflexividade e do respeito à pluralidade de pensamentos, em detrimento de modelos hegemônicos impostos e distantes das diferentes realidades e formas de pensar, existir e viver na sociedade.

Neste sentido, o escritor Márcio Souza (2009) nos chama atenção sobre a realidade da cultura do ensino em algumas regiões brasileiras, em especial da Amazônia, as dificuldades encontradas na região, mas que aos poucos essa realidade está mudando, muito por conta da política de educação. O pensamento de Márcio Souza sobre a Amazônia nos remete aos apontamentos de Morin (2003), quando se utiliza da “cultura das humanidades”, a fim de propor uma reflexão sobre a palavra cultura em seu sentido antropológico de conexão com as formas de conhecimento, valores e símbolos que orientam e guiam vidas humanas. É importante entender a cultura como processo de preparação para a vida.

A fala de Souza nos traz para a apresentação da realidade amazonense, com a expressão da cultura, dos processos econômicos regionais, da educação, da política e seus diversos espaços e características na vegetação e clima da história da região, em que estão envolvidos todos esses processos. Assim nesse entendimento a história da Amazônia foi contada pelo olhar do “outro” vislumbrado por uma natureza cheia de lendas e crenças.

Esses estudos destacam os discursos e interpretações nos aspectos relacionados ao processo de desenvolvimento da região que foi constituída de forma lenta em comparação aos grandes centros econômicos do país, portanto, aqui manifesta a necessidade de conhecermos as localidades humanas e geográficas para se pensar a trajetória educacional dos sujeitos em formação, nestes discursos hegemônicos sobre a Amazônica que não foram construídos apenas por aventureiros ambiciosos ou religiosos, na verdade intelectuais, cientistas, pesquisadores, que contribuíram para o processo formativo da região.

### ***AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO INDÍGENA***



**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE

**TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA**

**Dias 16 e 17 de outubro de 2023**

**São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil**

**Realização**  
**GPO SSS** Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

**www.eppac.com.br**

As escolas indígenas não são apenas locais de aprendizagem acadêmica, mas também espaços onde as identidades étnico-culturais são valorizadas e preservadas. A língua indígena é um elemento central nesse processo, pois é a principal ferramenta para a transmissão de conhecimentos tradicionais e culturais. Com o fortalecimento dos movimentos liderados pelos próprios indígenas, segundo Gomes (2016), surgiram:

“[...] as primeiras manifestações dos movimentos indígenas no Brasil, caracterizando um novo marco histórico no que se refere a problemáticas sociais e políticas governamentais. Eram temas de relevância e discussões para as organizações indígenas: o modo de ensino da língua portuguesa; os processos de organização própria dos povos indígenas para com suas escolas; o ensino bilíngue; como também a não invisibilidade de suas pedagogias próprias de ensino e aprendizagem” (GOMES, 2016, p. 38).

A luta dos movimentos indígenas tomou uma proporção tão relevante, que o governo, sentindo-se pressionado pelos indígenas e pelos órgãos que o defendiam, aceitou as reivindicações apresentadas, transformando-as em direitos assegurados na Constituição Federal (CF) em 05 de outubro de 1988. Essa data representa o marco histórico da conquista do reconhecimento do indígena como cidadão brasileiro. O indígena passa a ser reconhecido pela sua especificidade cultural e linguística.

Na Constituição Federal, no capítulo que trata da educação, encontram-se artigos que asseguram às comunidades indígenas a utilização das línguas maternas e a língua portuguesa no processo de sua formação escolar, a saber:

Art. 210 - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 231- São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (SILVA/FUNAI, 2008, p. 43-44).



**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE

**TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA**

**Dias 16 e 17 de outubro de 2023**

**São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil**

**Realização**  
**GPO SSS** Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

**www.eppac.com.br**

Assim, a partir da Constituição Federal de 1988, as políticas públicas educacionais e linguísticas foram propostas pelos próprios indígenas que, após intensos debates realizados em assembleias com a participação das lideranças, dos professores e das pessoas comprometidas com as questões indígenas. Estes sempre pensaram e lutaram pelos interesses da coletividade, reivindicando uma educação diferenciada, específica, bilíngue e de qualidade.

A Lei Nº 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) atribui como dever do Estado a oferta de uma educação escolar bilíngue e intercultural, às comunidades indígenas, como foi assegurada pela CF/88. A educação deve ter como objetivo fortalecer as práticas socioculturais e o uso das línguas maternas no processo de escolarização. Ela também deve proporcionar as práticas educativas acessíveis aos conhecimentos da sociedade não indígena, como garante o artigo a seguir;

Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas (SILVA/FUNAI, 2008, p. 463).

As escolas indígenas contraíram um ambiente bilíngue que permite que os alunos se comuniquem em sua língua materna, fortalecendo assim sua identidade linguística e cultural. Segundo Freire (1996, p. 52), a potencialização é um processo que permite ao estudante interrogar e seletivamente se apropriar daqueles aspectos da cultura dominante, que vão lhe prover as bases para novas definições e transformações, em vez de meramente servir à ampla ordem social estabelecida. A valorização renovada da instituição escolar, com um compromisso cultural sólido e uma abordagem fundamentada na Educação





**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE

**TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA**

**Dias 16 e 17 de outubro de 2023**

**São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil**

**Realização**  
**GPO SSS** Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

**www.eppac.com.br**

Libertadora, pode estabelecer um padrão inspirado para diversas minorias, movimentos sociais e, de maneira geral, para o sistema escolar tradicional. Independentemente do contexto socioeconômico dos alunos, essa escola pode se transformar, ao se engajar de forma socialmente ativa, crítica e construtiva, de parte do problema a uma solução.

Todos os direitos conquistados pelas populações indígenas são resultado de inúmeras discussões e debates realizados nos encontros municipais, estaduais e na esfera federal com o apoio dos órgãos e instituições não governamentais. Nos encontros promovidos pelos movimentos indígenas, as lideranças que participavam sempre tiveram voz e vez para decidir sobre o futuro de seu povo.

## **Considerações Finais**

As políticas linguísticas no contexto da educação indígena, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, representam um marco significativo na valorização das diversas etnias presentes no Brasil. Ao considerar a diversidade linguística como patrimônio cultural, a Constituição deu às comunidades o direito de preservar e promover suas línguas maternas indígenas. Isso trouxe um compromisso maior com a identidade étnica e cultural desses povos.

O processo de escolarização indígena, com ênfase na valorização das línguas e tradições locais, desempenha um papel fundamental nesse contexto. Ao oferecer uma educação que respeita e promove as línguas indígenas, as



**VII EPPAC**  
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE  
TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME  
AMAZÔNICA E CARIBENHA  
Dias 16 e 17 de outubro de 2023  
São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil

**Realização**  
GPO SSS  
Grupo de Pesquisa  
Questão Social  
e Serviço Social  
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

[www.eppac.com.br](http://www.eppac.com.br)

escolas fortalecem a autoestima das comunidades indígenas e valorizando-as para a manutenção de suas identidades étnicas. Além disso, essa abordagem permite que os jovens indígenas desenvolvam um senso de pertencimento e orgulho em relação à sua cultura, ao mesmo tempo em que adquirem conhecimentos acadêmicos.

Em resumo, as políticas linguísticas associadas à escolarização indígena representam uma importante ferramenta para a valorização da etnia, promovendo a preservação das línguas e culturas indígenas. Ao considerar a importância desses aspectos na formação de identidades sólidas, essas políticas estratégicas para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade cultural.

## Referências

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, P. **Capital Cultural**, Escuela y Espacio Social. México: Siglo Veinteuno, 1997.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização**. 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO. 2003.

SANTOS, Luiz Anselmo Menezes. **O corpo próprio como princípio educativo: a perspectiva de Merleau-Ponty**. Curitiba. 2016.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. Manaus: Editora Valer, 2009.